

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 298

Período: 21/06/2008 a 27/06/2008

GEDES – Brasil

- 1- Exército é moroso na desocupação do Morro da Providência, no Rio de Janeiro
- 2- Debates apontam equívocos das Forças Armadas no caso da Providência
- 3- Sargento que se declarou à imprensa como homossexual é liberado e preso novamente
- 4- Exército se defende contra ação indenizatória referente à Guerrilha do Araguaia
- 5- Brasil fecha acordo com a Argélia
- 6- Governo retoma fiscalização sobre propriedades estrangeiras da Amazônia
- 7- Ministério Público Federal pede prisão de ex-autoridades da ditadura militar
- 8- Comandante da Marinha aponta vulnerabilidade na defesa dos poços de petróleo nacionais

1- Exército é moroso na desocupação do Morro da Providência, no Rio de Janeiro
Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*, o Exército não respeitou automaticamente a ordem dada pelo judicial no dia 20/06/08, sob autoridade do presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio de Janeiro, Joaquim Castro Aguiar, a qual proibiu a Força de patrulhar a favela do Morro da Providência. Embora a ordem determinasse a desocupação imediata, na parte alta da favela, ficando a atividade restrita unicamente à rua onde as obras estavam em andamento, cerca de 60 dos 200 militares permaneceram no local até o dia 24/06/08. O Judiciário, porém, estabeleceu que até o dia 26/06/08 o Exército deveria apresentar suas justificativas para sua permanência no morro. Em contrapartida, se por um lado o Ministério da Defesa solicitou à Advocacia Geral da União (AGU) que entrasse com recurso junto ao Tribunal Regional do Rio de Janeiro, a fim de garantir a presença militar para a garantia da segurança dos funcionários que ainda atuam nas obras, por outro, foi mais incisiva a decisão judicial do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro de embargar as obras por considerá-las estratégia eleitoreira do Senador e pré-candidato à prefeitura do Rio, Marcelo Crivella. Após esta determinação, coube ao ministro da Defesa, Nelson Jobim e ao Comando Militar do Leste (CML) ordenar a remoção completa do Exército. De acordo com os jornais, no dia 23/06/08, as mães dos três jovens assassinados se reuniram com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, representado a firme vontade dos moradores da favela de que o Exército fosse retirado instantaneamente, sem nenhuma substituição, seja pela Polícia Militar ou pela Força Nacional de Segurança (algo que foi cogitado ao longo das discussões da retirada ou não dos militares). Os advogados de 10 militares, entre os 11 que são acusados, divulgaram um manifesto de desculpas à população no dia 24/06/08. No texto, pediram que a população não fizesse “julgamentos precipitados” e acusaram apenas o segundo-tenente, Vinicius Ghidetti, como o único responsável pela ação. Esta foi a primeira manifestação pública dos envolvidos. (*Folha de São Paulo – Cotidiano – 21/06/08*; *Folha de São Paulo – Cotidiano – 22/06/08*; *Folha de São Paulo – Cotidiano – 23/06/08*; *Folha de S. Paulo – Cotidiano – 24/06/08*; *Folha de S. Paulo – Opinião – 24/06/08*; *Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/06/08*; *Folha de S. Paulo – Cotidiano – 27/06/08*; *Folha de S. Paulo – Opinião – 27/06/08*; *Jornal do Brasil – País – 21/06/08*; *Jornal do Brasil –*

País – 22/06/08; Jornal do Brasil – País – 23/06/08; Jornal do Brasil – País – 24/06/08; Jornal do Brasil – Cidade – 26/06/08; Jornal do Brasil – Opinião – 26/06/08; O Estado de São Paulo – Metrópole - 21/06/08; O Estado de São Paulo – Metrópole - 22/06/08; O Estado de São Paulo – Metrópole - 23/06/08; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 24/06/08; O Estado de S. Paulo – Opinião – 25/06/08; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 26/06/08; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 27/06/08).

2-Debates apontam equívocos do Comando das Forças Armadas, no caso da Providência

Um dos pontos que vêm sendo criticado pelos jornais se refere ao fato de que, antes da ocupação da favela, o serviço de inteligência do Exército identificou com precisão os pontos de tráfico, os nomes dos olheiros, o mapeamento de ex-militares que abastecem o arsenal de armas dos traficantes e que, no entanto, não teria repassado essas informações à Polícia Militar. O caso em questão vem suscitando uma série de opiniões, especialmente em decorrência das manifestações dos moradores da favela que solicitaram a retirada dos militares e relataram ainda outros abusos cometidos. Em coluna opinativa da *Folha de S. Paulo*, no dia 24/06/08, a jornalista Eliane Cantanhêde apontou que esses protestos têm feito com que o Exército reviva embates que estavam adormecidos desde os anos 80 e criticou duramente o fato do chefe do CML (responsável pelos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo), general Luiz Cesário da Silveira Filho, mesmo diante de toda a situação, estar de férias na Europa. Finalmente, Cantanhêde destacou que o não cumprimento das ordens de um capitão para soltar os três rapazes, os indícios da ligação de militares com o tráfico e um comandante viajando em meio a crise demonstram algo suspeito com o CML. Em 25/06/08, José Nêumanne opinou ao *O Estado de S. Paulo* que a situação no Morro da Providência redundava em uma dupla insensatez: do governo do Rio de Janeiro – que não consegue deter a ação da violência urbana, gerada pelo crime organizado e que solicita a atuação do Exército em favelas – e do presidente Lula – que contraria as Forças Armadas e acata o pedido. Nêumanne disse que o crime cometido pelos militares é tão recriminável quanto a violência diária enfrentada pela população e classificou as desculpas do ministro da Defesa, Nelson Jobim, como “oportunistas”. Sobre o comentário de Lula, a respeito de considerar “injustificável” a presença militar na favela, o jornalista disse que o presidente se comportou como um “ombudsman”. Também em coluna opinativa do jornal *Folha de S. Paulo*, César Britto, Flávia Piovezan e Gilda Pereira de Carvalho defendem que algumas questões, expostas pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ainda precisam ser melhor esclarecidas, como por exemplo: o fato de certos depoimentos e informações fornecidas pelos militares serem contraditórias, a denúncia de moradores do morro da existência de uma violência sistemática por parte do Exército, as relações entre este último e o crime organizado, a dificuldade em responsabilizar os militares por falta de identificação dos membros do Exército, entre outras. A comissão acima se reuniu com autoridades militares da Companhia do CML, familiares das vítimas, lideranças comunitárias e com o delegado responsável pela condução das investigações. Por outro lado, de acordo com a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, defendeu no dia 25/06/08, a presença das Forças Armadas para suprir a “carência dos serviços de segurança pública”, dizendo que isso é previsto pela Constituição

Federal..(Folha de São Paulo – Cotidiano – 21/06/08; Folha de São Paulo – Cotidiano – 22/06/08; Folha de São Paulo – Cotidiano – 23/06/08; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 24/06/08; Folha de S. Paulo – Opinião – 24/06/08; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/06/08; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 27/06/08; Folha de S. Paulo – Opinião – 27/06/08; Jornal do Brasil – País – 21/06/08; Jornal do Brasil – País – 22/06/08; Jornal do Brasil – País – 23/06/08; Jornal do Brasil – País – 24/06/08; Jornal do Brasil – Cidade – 26/06/08; Jornal do Brasil – Opinião – 26/06/08; O Estado de São Paulo – Metrópole - 21/06/08; O Estado de São Paulo – Metrópole - 22/06/08; O Estado de São Paulo – Metrópole - 23/06/08; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 24/06/08; O Estado de S. Paulo – Opinião – 25/06/08; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 26/06/08; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 27/06/08).

2- Sargento que se declarou à imprensa como homossexual é liberado e preso novamente

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o sargento Fernando Alcântara foi liberado no dia 21/06/08, após oito dias preso em regime disciplinar. Ao sair da prisão, o militar afirmou que foi preso por “retaliação” do Exército, por assumir que é homossexual e por viver uma situação conjugal com o companheiro de farda. Entretanto, Alcântara foi novamente detido pelo Exército em 23/06/08, pois, segundo a força, a defesa apresentada foi insuficiente para a liberdade definitiva do sargento. Para o advogado de defesa, Marcos Rogério de Souza, o motivo da prisão é homofobia. (Folha de São Paulo – Cotidiano – 22/06/08; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 24/06/08; O Estado de S. Paulo – Vida – 23/06/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/06/08; Jornal do Brasil – País – 24/06/08).

3- Exército se defende contra ação indenizatória referente à Guerrilha do Araguaia

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, em resposta a declarações de ex-militares que afirmaram ter combatido na guerrilha do Araguaia de forma compulsória e, por isso, entraram com uma ação indenizatória contra o Exército, ao força declarou, em nota oficial, que o serviço militar obrigatório é constitucional e amparado pela lei, tomando por base “direitos e deveres dos cidadãos, especialmente homens de 18 a 45 anos”, sugerindo, portanto, a ciência dos militares sobre suas obrigações. Para Victória Grabois, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, essas indenizações realmente não deveriam existir, pois, “eles eram agentes do Estado remunerados para isso e estavam lá porque queriam. São assassinos, torturadores, ainda que tenham cumprido ordens”. (Folha de S. Paulo – Brasil – 24/06/08).

4- Brasil fecha acordo com a Argélia

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Brasil fechou um acordo comercial na área de defesa com a Argélia. Nele está prevista a comercialização de equipamentos, aviões, armas e veículos militares fabricados pela indústria brasileira. O acordo foi acertado no dia 23/06/08 entre o chanceler brasileiro, Celso Amorim e o ministro da Defesa argeliano, Abdelmalek Guenaiza, sendo que as negociações tiveram início quando o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva visitou o país africano, em 2006. (O Estado de S. Paulo – Economia e Negócios – 24/06/08).

5- Governo retoma fiscalização sobre propriedades estrangeiras da Amazônia

De acordo com *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, o relatório da Secretaria Nacional de Justiça a respeito do trabalho de Organizações Não-Governamentais (ONGs) recomendou ao Governo Federal que os órgãos públicos recadastrassem todas as propriedades rurais pertencentes a estrangeiros ou registradas em nome de seus sócios. Depois desta publicação, ficou evidente que o governo não possui controle sobre a atuação das ONGs nem sobre o tamanho do território que se encontra em nome de estrangeiros. Nos dois casos pode haver contrabando de riquezas naturais, como minério e biodiversidade. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o recadastramento das terras está previsto ainda para 2008, ficando a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Conforme notícia no jornal *Folha de S. Paulo*, o Incra e o Exército, segundo o plano estabelecido com o Ministério da Defesa, participarão de uma operação para identificar os ocupantes de oito glebas da União: Curuá, Curuaés, Gorotire, Cachimbo, Sumauma, Leite, Imbauba e Jamanxim, objetivando regularizar cerca de 3000 posses. O Exército deslocará tropas a partir do dia 06/07/08 ao Pará para cobrir uma área 30 mil quilômetros quadrados, numa nova tentativa de o Estado regularizar a estrutura fundiária da Amazônia. Em coluna opinativa ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o sociólogo Demétrio Magnoli, menciona palavras de Roberto Mangabeira Unger quando afirma que há um impasse político de relevância histórica que inclui a Amazônia. Este impasse – composto pela dupla preocupação: conquista estratégica x preservação dos recursos naturais – deve, segundo ele, ser superado. pela idéia de uma Amazônia desenvolvida e povoada. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 27/06/08*; *Jornal do Brasil – País – 25/06/08*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/06/08*; *O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 26/06/08*).

6- Ministério Público Federal pede prisão de ex-autoridades da ditadura militar

Conforme divulgado pela *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Federal solicitou abertura de inquérito contra ex-autoridades do regime militar brasileiro (1965-1985), acusados de crimes como assassinato e seqüestro, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e no município de Uruguaiana. Entre os acusados, estão os nomes do coronel Carlos Alberto Ponzi (chefe da segunda seção do Estado-Maior na época), João Leivas Job (secretário de Segurança do estado do Rio Grande do Sul), Átila Rohrsetzer (ex-diretor da Divisão Central de Informações) e o general Luiz Henrique Domingues (chefe do Estado-Maior do 3º Exército). Os processos surgiram baseados na ordem de prisão decretada pela juíza italiana Luisanna Figliola, em 2007, que determinava a prisão de inúmeras autoridades, inclusive internacionais, acusadas de participaram da chamada Operação Condor, ocorrida entre as ditaduras da América do Sul para a captura de opositores ao regime. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, a historiadora Samantha Quadrat, que analisa as ditaduras militares no Brasil e no Cone Sul, destacou que no Brasil, diferentemente da Argentina, apenas as famílias das vítimas ainda solicitam justiça, sendo que a Lei de Anistia colocou um ponto final na questão. Destacou ainda que a não abertura dos arquivos militares dificulta novos estudos e análises. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/06/08*; *Jornal do Brasil – Opinião – 25/06/08*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/06/08*).

7- Comandante da Marinha aponta vulnerabilidade na defesa dos poços de petróleo nacionais

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o comandante da Marinha, almirante Julio de Moura Neto, fez uma análise da posição do Brasil referente às novas descobertas de petróleo. Para o comandante, o Brasil é “vulnerável” e não tem condições de proteger os campos de petróleo nacionais, nem mesmo a Bacia de Campos, a mais próxima do litoral brasileiro. É preciso investir, especialmente, na duplicação da frota de navios patrulha, na construção de submarinos convencionais e nucleares; projetos estes que atualmente contam com o orçamento de 1,9 bilhões de reais para 2008. Questionado se o Brasil aceitaria algum tipo de intervenção da reativada quarta frota da marinha dos Estados Unidos, Moura Neto foi enfático ao apontar que “na política externa, o Brasil defende a autodeterminação dos povos, não-intervenção em assuntos internos e a busca pacífica da solução de controvérsias”. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/06/08*).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais), Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História; bolsista PIBIC/CNPq).